

## **Plano 2014**

### **Políticas de Ambiente e Ordenamento do Território**

**Senhora Presidente**

**Sras e Srs Deputados**

**Sr Presidente sra e srs membros do Governo**

**As políticas ambientais nos Açores que hoje analisamos, inscritas neste Plano de 2014 não se podem dissociar de alguns antecedentes e marcos históricos relevantes.**

**De modo necessariamente breve, recordem-se os anos do despertar das preocupações para com o ambiente, em meados da década de 50 do século passado, ou das novas atitudes a partir do início dos anos 70, onde pontificaram as comemorações do dia da Terra nos EUA, ou os grandes impulsos que resultaram da Conferência de Estocolmo em 1972, como o programa das Nações Unidas para o Ambiente cujas recomendações foram concretizadas em 1975. A partir deste momento quer com o Seminário de Belgrado e sobretudo com a conferência de Tiblisi passou a considerar-se um princípio geral que ainda está atualizado:**

Fazer compreender às pessoas e à comunidade a natureza complexa resultante de factores físicos, biológicos, sociais, económicos e culturais do ambiente natural e urbano e dar a estas pessoas ou comunidades a oportunidade de adquirir os conhecimentos, os valores, as atitudes e as aptidões práticas que lhes permitam ajudar de uma maneira responsável e eficaz a prever e resolver os problemas ecológicos e a gerir a qualidade do ambiente.

**Senhora Presidente**

**Sras e Srs Deputados**

**Sr Presidente sra e srs membros do Governo**

Hoje, no quadro da política europeia para o Ambiente até 2020 defende-se um programa de Ação intitulado “Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta”. Deste modo, procura-se aumentar a resiliência ambiental e transformar a União Europeia numa economia inclusiva e sustentavelmente verde. É neste quadro que nos devemos mover, protegendo o ambiente como activo natural, promovendo a maior eficiência de recursos e acelerando a transição para uma economia hipocarbónica, ou ainda combatendo as causas ambientais de doenças. Em última instância trata-se de promover o crescimento sustentável, criar novos postos de trabalho para continuarmos a ter o melhor lugar para

viver. A caminhada para uma economia hipocarbónica, já teve expressão, por exemplo com as boas metas alcançadas em energias renováveis, no quadro do protocolo de Quioto ou mesmo com a simples renovação da frota de autocarros, a partir de 2007. Neste caso e só para dar um exemplo, por cada novo autocarro as emissões de monóxido de carbono são menores em cerca de 720%, sete vezes menos, em óxido de nitrogénio diminuem 350%, em hidrocarbonetos menos 465% e passou a assumir-se o controlo de emissão de partículas em 0,02g/kWh, o que não acontecia nos veículos antigos. É um dado significativo se atendermos aos mais de 200 novos autocarros que circulam nos Açores. Refira-se ainda o menor consumo de combustível com reflexos directos, na rentabilidade das empresas, na menor emissão destes poluentes e nas vantagens nas importações petrolíferas. Este aspecto aliado como se referiu ao incremento das energias renováveis e da eficiência energética aproxima-nos também da agenda 2020 nos domínios do binómio clima/energia. É por isso, que continuam a serem importantes os instrumentos de financiamento Life e Eco-Inovação ou o estabelecimento da Marca Açores no quadro daquilo que na Europa se designa por rótulo ecológico.

**Senhora Presidente**

**Sras e Srs Deputados**

**Sr Presidente sra e srs membros do Governo**

O Plano de Investimentos para 2014 na Área do Ambiente e Ordenamento valoriza estes princípios e a estratégia europeia para o ambiente, mas tem ainda a objectividade de concretizá-los em medidas e projectos adaptados à nossas aspirações, necessidades e desafios em coerência com o programa do governo.

Felizmente passaram aqueles tempos que muitos se lembram das fracas taxas de execução nas parcas ações associadas ao ambiente, a existência de Matadouros que despejavam os seus resíduos directamente para as orlas costeiras, a ausência de divulgação científica às populações que criava grande conflitualidade na localização de lixeiras a céu aberto, as célebres arroteias que delapidaram muita da flora endémica ou ainda as inconsequente ações sobre as questões de eutrofização. Foi o tempo dos impulsos febris e das intenções messiânicas que não deram resposta às questões preocupantes relativas ao Ambiente nos Açores legando um passivo que na ultima década se tem vindo a combater.

Este Plano de 2014 para a área do Ambiente e Ordenamento é claramente mais integrador, como convém, do que conservacionista. Não se apresenta como proposta em que defender o ambiente significa preservar a qualquer custo a fauna e flora que nos rodeiam, como se pretendesse criar um ambiente em permanente primavera irisada, mas também não se aproxima de uma segunda atitude de menosprezo das questões ambientais ou na aposta do ambientalismo esporádico que

normalmente dá maior relevância a objectivos políticos e económicos independente dos impactos ambientais. Assume-se neste Plano de 2014 para as Políticas ambientais e Ordenamento do Território que o Ambiente é parte integrante do desenvolvimento sustentável da nossa Região da qual dependemos mas também temos que organizar. Com os projectos e ações propostas neste plano de investimentos não se dissociam os aspectos económicos dos humanos e por outro lado, o desenvolvimento da Região não conduz a uma forçada e inevitável degradação ambiental, porque se pretendem respeitar os limiares de utilização dos recursos e se otimizar a sua gestão.

Neste sentido, são variados os bons exemplos inscritos no Plano 2014 como a prioridade ligada à gestão estratégica dos resíduos associada à valorização económica e energética desses resíduos, a contínua aposta na Rede Regional de Ecotecas e Centros de Intrepretação ambiental, o planeamento e gestão de bacias hidrográficas de lagoas, o incremento do investimento nos recursos hídricos com mais 40% do que em 2013, o que tem grande significado na defesa das pessoas como se revela nas ações de prevenção e análises de risco de cheias e movimentos de massa ou na limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água. A qualidade ambiental associada ao programa eco-freguesias e a gestão de resíduos com selagem de lixeiras e a remoção de produtos contendo amianto são igualmente duas ações que procuram a melhoria global da qualidade de vida das pessoas.

Sabemos que o governo tem na sua agenda global, uma visão sobre a economia da biodiversidade, onde o ambiente se cruza com a economia, como nas áreas protegidas onde se deve manter a pegada ecológica em parâmetros sensatos. Aliás, os próximos anos são desafiantes para o estabelecimento da agora designada economia verde, onde pode emergir um novo empreendedorismo ambiental.

A questão da biodiversidade é vital no equilíbrio dos nossos ecossistemas, no balanço hídrico e na preservação da paisagem das nossas ilhas, para além do valor dos nossos ecossistemas terrestres e marinhos, à escala global, em particular nas cerca das suas 500 espécies endémicas.

**Senhora Presidente**

**Sras e Srs Deputados**

**Sr Presidente sra e srs membros do Governo**

Uma palavra final para a grande linha do horizonte que nos impregna e molda. O hipercluster da economia do mar, embora temática transversal, é tratado na requalificação da orla costeira e na nas ações de monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, para além de ações de conservação que integram o acompanhamento da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores. É neste domínio

que se percebe o bom acompanhamento do Governo dos Açores, como ainda recentemente se viu na reunião nacional para o estabelecimento da Estratégia Nacional para o Mar. Entendemos, porém, que esta é uma matéria onde devemos ter grande sentido de Região, consensos e pro-actividade. São imperativos a vigilância, as diligências políticas e jurídicas permanentes, tanto no plano nacional como internacional. Caso contrário, corremos o risco de possíveis incursões históricas de pirataria nacional ou internacional, aos nossos recursos marinhos e minerais, que diga-se às vezes já se vislumbram timidamente nas designações de “plataforma continental atlântica” agora “plataforma continental estendida”, o que para além de incorreção geológica, quando pretende chegar à nossa ZEE, é uma incipiente forma da linguagem dos novos corsários. Não há margens para cedências capciosas nesta matéria. Até por que, parafraseando Eça também hoje somos forçados a conviver com países e governos que mais parecem um quartel militar com soldados metafísicos. E como se viu no último Orçamento de Estado não podemos estar descansados com aquela gente lá de fora e nem mesmo com alguns que sendo deputados pela Região na República só se indignam, com total hipocrisia, nas suas declarações contra o Estado ou nas crónicas semanais em jornais açorianos depois de terem votado a favor dos garrotes austeros, sufocantes e centralistas contra os Açores e os que cá vivem. É uma inaceitável e nova forma de bipolaridade política que continuaremos a rejeitar sem tibiezas.



**Senhora Presidente**

**Sras e Srs Deputados**

**Sr Presidente sra e srs membros do Governo**

**Este Plano em matéria de Política ambiental demonstra a capacidade e a visão de atender às prioridades actuais, mas sobretudo de entender e valorizar os nossos recursos naturais, de modo a transformá-los num ativo estratégico para a nossa Região.**

**Hoje, o futuro chega depressa. Com trabalho, confiança e esperança o PS e o Governo dos Açores em termos de Política Ambiental integram-se no espírito da Agenda 2020 e naquilo que podemos designar um novo programa “viver bem dentro dos recursos da nossa Região”. Apesar do realismo das dificuldades actuais, estamos pois todos convocados para ganharmos estes novos desafios da agenda 2020 e sobretudo do nosso futuro colectivo.**

**Disse.**

**Horta, sala das sessões, 28 de novembro de 2013**

**O Deputado Regional: José Contente**